

30 JUL 1986

Assumb fonsr. Paraíso de Papel

TEM poderes específicos e limitados a comissão de estudos constitucionais. O nome do órgão instituído pelo presidente da República diz tudo: comissão de estudos, nada mais. Sua razão de ser é o preparo de um anteprojeto que o Executivo poderá enviar ou não à futura Constituinte como proposta sua. Este é o limite.

Pelo que já se sente, há nessa comissão um grupo que se julga ungido de poderes especiais para moldar um novo país e, o que é pior, inteiramente fora da realidade. Uma constituição nada mais é do que um conjunto de normas básicas, relativas a direitos e deveres, seja da sociedade, seja do Estado, das quais derivam as leis ordinárias.

O presidente da República criou a comissão e nomeou os seus integrantes (número excessivo, dada a natureza do trabalho) para a elaboração de um anteprojeto. Se não corresponder ao que espera, o governo poderá se omitir da proposta. A esta altura, a comissão defira na pretensão de fazer um paraíso normativo. Os brasileiros já se fartaram de ter um país de retórica e normas legais que jamais se materializam. O primeiro requisito de uma lei é que seja viável, e atenda às necessidades e possibilidades. O Brasil tem tido constituições ditas adiantadas e nem por isso aplicáveis.

Que sentido político tem esse irrealismo de criar um país inteiramente novo? Chega a assustar, pelo ridículo, a idéia da aposentadoria para as donas-de-casa. Que vem a ser isso? Simplesmente, um desestímulo ao trabalho da mulher fora de casa. O prêmio justifica a troca, já que a aposentadoria chegará de qualquer jeito. Os ungidos pré-constituintes certamente não cuidarão de prover uma fonte de recursos para a aposentadoria por "prendas domésticas". Em tese, todas as donas-de-casa passariam a ter direito a receber um provento mensal. Ou será que o constituinte de algibeira supõe o Brasil abarrotado de dinheiro?

Por trás da idéia de prêmio à mulher do lar semeia-se um equívoco social — mais um — ao preço da degradação da própria aposentadoria dos homens e das mulheres que trabalham, e contribuem para um dia, na

vehicle, receberem sem trabalhar. Continua a ser pifia a aposentadoria que ainda se paga. Não cobre as necessidades do fim da vida de quem trabalhou. Não para aí o delírio de fazer um país mediante uma constituição, e não uma constituição para fazer um país. Os homens do campo vão ter o direito de uma aposentadoria igual ao trabalhador da indústria? É fácil prometer e enfiar no papel, mas foi exatamente o paternalismo (governo Geisel) de estender a aposentadoria ao homem do campo que atirou a Previdência no abismo dos déficits e nivelou por baixo os minguados benefícios. A aposentadoria rural, desobrigada de contribuição prévia para merecê-la, foi uma lástima porque o número de beneficiários excedeu no triplo a previsão dos burocratas.

O paternalismo e a demagogia deram-se as mãos em matéria de insensatez na comissão: um empregado que provar a insuficiência do que recebe para as suas necessidades (pessoais ou familiares) poderá bater à porta da justiça que arbitrará um salário justo. Justo de que maneira? Em razão do trabalho, do esforço físico, do tempo de trabalho diário durante anos? Não: das necessidades. Não existe regime neste mundo — seja socialista, ou capitalista — capaz de atender às necessidades de cada um e de todos, sem considerar as possibilidades de cada um e de todos.

Estamos em pleno reino do desvario constitucional, quando se quer apenas uma constituição aplicável. É suficiente. Não se precisa de mais. Criar expectativas descabidas, inviáveis, inopportunas é trabalhar fora da realidade social e econômica. Politicamente, é apenas mais uma demonstração do mal definitivo que o autoritarismo fez a este país, a ponto de tirar a homens supostamente responsáveis o senso de mínima objetividade. Antigamente, quando queriam perder os homens, os deuses limitavam-se a privá-los do uso da razão. No Brasil atual, os homens se perdem por sua própria iniciativa, até em matéria de texto constitucional, agindo como divindades. Seria melhor que se lembrassem de que paraísos e utopias não precisam de constituições.